

**HABEAS CORPUS Nº 548.622 - SP (2019/0357029-5)**

**RELATOR** : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**ADVOGADOS** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
KARINA SANTOS SALVADOR - SP290900  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : TIAGO FEITOSA DE SOUZA  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de TIAGO FEITOSA DE SOUZA contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (HC n. 2227778-63.2019.8.26.0000).

Consta dos autos que o paciente foi preso preventivamente por suposta infração ao art. 33, *caput*, da Lei de Drogas.

Irresignada com a segregação cautelar, a defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal estadual, que denegou a ordem postulada.

Na presente impetração, a defesa aponta a falta de fundamentação concreta e idônea necessária para amparar a constrição cautelar, sustentando estarem ausentes os requisitos autorizadores previstos no art. 312 do Código de Processo Penal.

Afirma, ainda, que o paciente ostenta bons predicados subjetivos.

Requer, liminarmente e no mérito, a revogação da preventiva.

É o relatório. **Decido.**

Busca-se, no presente *writ*, a revogação da prisão preventiva.

O presente *mandamus* não merece ser conhecido, por instrução deficitária.

O rito do *habeas corpus*, em razão da necessária celeridade, pressupõe a apresentação de prova pré-constituída do direito alegado, sob pena de não conhecimento da ordem.

Diante disso, o impetrante deve demonstrar, de maneira inequívoca, por meio de documentos, a existência do constrangimento ilegal imposto ao paciente. Nesse sentido, confirmam-se os precedentes desta Corte:

*[...] 4. O rito do habeas corpus pressupõe prova pré-constituída do direito alegado, devendo a parte demonstrar, de maneira inequívoca, por meio de documentos que evidenciem a pretensão aduzida, a existência do aventado constrangimento ilegal, ônus do qual não se desincumbiu a defesa. [...] (HC 355.769/PR, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 04/08/2016, DJe 09/08/2016, grifo nosso)*

*[...] 3. Não tendo sido juntado aos autos o decreto preventivo, fica inviável a comprovação da alegada ausência de fundamentos. 4. O rito do habeas corpus pressupõe prova pré-constituída do direito alegado, devendo a parte demonstrar, de maneira inequívoca, por meio de documentos, a existência de constrangimento ilegal imposto. 5. Agravo regimental desprovido. (AgRg no HC 359.225/SP, minha relatoria, QUINTA TURMA, julgado em 28/06/2016, DJe 01/08/2016, grifo nosso).*

*AGRAVO REGIMENTAL. HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO TENTADO. PRISÃO PREVENTIVA MANTIDA EM PRONÚNCIA. INSTRUÇÃO DEFICIENTE. PRETENSÃO DE SIMPLES REFORMA. DECISÃO MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. 1. Mantidos os fundamentos da decisão agravada, porquanto não infirmados por razões eficientes, é de ser negada simples pretensão de reforma. (Súmula n.º 182 desta Corte). 2. Cabe ao impetrante o escorrito aparelhamento do habeas corpus, bem como do recurso ordinário dele originado, indicando, por meio de prova pré-constituída, o constrangimento ilegal alegado. 3. É inviável divisar, de forma meridiana, a alegação de constrangimento, diante da instrução deficiente dos autos, no qual se deixou de coligir cópia da decisão que decretou a prisão preventiva do acusado, documento imprescindível à plena compreensão dos fatos aduzidos no presente recurso. 4. Agravo regimental desprovido (AgRg no RHC 48.939/MG, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, Sexta Turma, DJe 23/4/2015).*

No particular, este *habeas corpus*, apesar de impetrado pela

# *Superior Tribunal de Justiça*

Defensoria Pública do Estado de São Paulo, não está instruído com a documentação necessária à compreensão da controvérsia e ao exame da plausibilidade do pedido.

Com efeito, não foi trazida aos autos a cópia do acórdão proferido pelo Tribunal de origem, o que inviabiliza o pronto exame das alegações de constrangimento ilegal, em especial, ante o risco de supressão de instância.

Ausente a prova pré-constituída do direito alegado, o não conhecimento do *mandamus* é medida que se impõe.

Ante o exposto, com fundamento no artigo 210 do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **indefiro** liminarmente o presente *habeas corpus*.

Intimem-se.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA  
Relator